

Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda



amda

ASSOCIAÇÃO MINEIRA  
DE DEFESA DO AMBIENTE

A inaceitável ruptura das barragens da Samarco, se por negligência em sua manutenção e monitoramento, torna a tragédia ainda maior pois poderia ser evitada.

Porém, mesmo que tenha sido em decorrência de fatores externos não controlados no processo, as consequências seriam as mesmas.



**A ausência ou no mínimo precariedade de plano de contingência resultou em mortes humanas.**

**No que se refere porém ao meio ambiente natural, nenhum plano de contingência adiantaria, pois nada segura toneladas de barro morro abaixo.**

**Florestas, campos e animais silvestres que estavam no caminho da lama estão sepultados por ela, caracterizando o tamanho da tragédia ambiental.**



**“Uma análise preliminar da tragédia demonstra que não foi considerada a possibilidade de rompimento. Se tivesse sido a comunidade não estaria na área de impacto direto” – Eng. Wiiler Pos, ex-presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente de MG.**

**A afirmativa nos leva diretamente à fragilidade do licenciamento ambiental, sem negar avanços já obtidos e a fatos que apontam para piorá-lo ainda mais, como recente lei “decretada” em Minas Gerais e outras que tramitam no Congresso.**

A ruptura da barragem criou uma paisagem aterradora e agressiva, além de causar mortes de seres humanos, aspectos que lhe conferem a característica de tragédia. E tragédias causam escândalos e chamam atenção, pelo menos durante um tempo.



**Antes dela porém, o rio Doce, como tantos outros, já era uma “tragédia lenta e silenciosa”. A lama carreada para seu leito foi mais um gigantesco golpe mortal em sua agonia.**

**Documentário “Rio Doce: a vida por um fio” mostra um atleta correndo pelo seu leito completamente seco na região de Colatina no ES.**



**Quando a água faltou nas torneiras a população das cidades atingidas sofreu e se revoltou.**

**Mas esgotos, lixo, uso degradador do solo, são fatos normalmente ignorados pela maioria de seus moradores.**

**Governador Valadares e Colatina não tratam um litro de esgoto.**



**“Escorrendo de manilhas de concreto e canalizações abertas no meio do mato, o esgoto lançado sem tratamento e o lixo descartado sem controle transformam a área de preservação da mata ciliar do Rio Doce, em Governador Valadares, em uma espécie de mangue banhado por líquido cinzento, entre pneus velhos, vasos sanitários e entulho”. – trecho de matéria publicada no jornal do Estado de Minas.**



Diagnóstico realizado pelo comitê de bacia do rio aponta que a maior causa de sua morte é o carreamento lento, mas constante; silencioso, mas mortal, de sedimentos oriundos de milhares de processos erosivos em seus morros pelados pelo desmatamento, fogo e superpastoreio.

Sua morte ou salvação tornou-se fala comum após a tragédia. Salvá-lo não passa somente pela recuperação dos danos causados pela Samarco.

É preciso também revisar projetos de construção de hidrelétricas em sua bacia com impactos ambientais gravíssimos, controle da expansão urbana desordenada, inclusive em áreas de preservação permanente, autorizadas e bancadas pelas prefeituras, mudança no uso do solo para atividades agropecuárias e outras.

Devido a características de relevo, o Doce nunca foi um rio muito rico em diversidade de espécies de peixes, mas em quantidade sim e sua degradação diminuiu em muito suas populações. Mesmo assim suportava alguma atividade pesqueira principalmente à foz.

As espécies de Piracema que nele habitam dependem de seus afluentes, entre os quais destaca-se o rio Sto. Antônio, na Serra do Cipó, em Minas Gerais. Nele, diversas PCHs estão previstas e seus efeitos cumulativos interferirão profundamente na já combalida população de peixes do rio.

Rever estas PCHs no processo de revitalização do rio é providência fundamental para sua salvação.

# Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda



A mineração de ferro é base da civilização humana e até o momento indispensável à nossa vida e à economia do país. Mas como qualquer outra atividade econômica com fins lucrativos, seu exercício deve ter como parâmetro, no mesmo nível que o lucro, a responsabilidade sócio ambiental.

A tragédia levantou questionamentos que vão além da abordagem técnica. Como a escolha de locais menos apropriados para construção de barragens sob princípio de redução de custos, apontando necessidade de maior rigor no licenciamento, através de análise mais ampla da viabilidade ambiental.

**De qualquer forma parece não haver dúvida de que a construção de barragens como as que romperam em Mariana – topografia muito íngreme, grande volume e a montante de comunidades, deve ser banida do processo minerador.**

**Não se pode continuar aumentando os riscos que já existem devido às barragens já existentes. Para isto é preciso urgente buscar novas tecnologia que permitam disposição de rejeitos de forma segura e principalmente torná-los matéria prima para outras atividades.**

**“Se uma barragem de rejeitos de uma empresa de referência mundial nas práticas de mineração ruiu, provocando um dos maiores desastres da história do setor, isso significa que não podemos afirmar que estamos seguros em relação a quaisquer outras barragens de rejeitos existentes, que passam a se constituir em bombas-relógio armadas para detonar em algum momento”. – Vítor Feitosa, geólogo, consultor ambiental em mineração. Revista Ecológico.**

Mudar esta situação depende dos poderes públicos, principalmente do Executivo e Legislativo, o que conflita com a realidade que temos visto: crescente esvaziamento dos órgãos ambientais em todos os estados e à chuva de projetos de leis visando flexibilizar o licenciamento ambiental, eleito pelos setores comprometidos com o crescimento econômico a qualquer custo como maior obstáculo a seus propósitos que não têm conexão com o futuro.



**Considerações sobre possibilidade de instituir comissão permanente composta por parlamentares comprometidos com o bem público e a proteção do meio ambiente para:**

- Acompanhar e garantir aplicação correta dos recursos oriundos de multas e processos contra a Samarco, impedindo que sejam desviados pelos governos federal e estadual e prefeituras, como acontece com as multas (quando são pagas!), cujos recursos nunca são aplicados para sanar os danos que as geraram.

**Ela poderia inclusive funcionar como instância de recorrência da sociedade recebendo suas manifestações sobre o assunto nos próximos anos.**

**Considerando o crescente descompromisso do poder executivo com a área ambiental, a iniciativa seria certamente bem vista por parte da sociedade e contribuiria em muito para que a tragédia não seja esquecida quando o abastecimento de água se normalizar e os atingidos tiverem sido devidamente indenizados e compensados.**

- Acompanhar elaboração e execução de projetos para recuperação da bacia do rio doce visando evitar oportunismos financeiros e políticos e principalmente contribuir para êxito dos mesmos, principalmente no que se refere à recuperação da fauna e da flora na área atingida.**

**Outras ações que poderiam contribuir para evitar novas tragédias ambientais, “silenciosas” ou escancaradas como a de Mariana:**

- Rejeição do PL 654/2015 que tramita no Senado, apresentado pelo Senador Romero Jucá que prevê “licenças relâmpagos” para projetos considerados estratégicos pelo governo.
- Instituir por lei federal, exigência de que licenças ambientais relativas a empreendimentos potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sejam concedidas pelos conselhos estaduais de meio ambiente e que estes sejam paritários, com participação da sociedade civil organizada para defesa do meio ambiente, através de no mínimo quatro representações.

- Instituir por Lei, participação da sociedade civil na concessão de licenças ambientais a cargo do Ibama, tornando-as menos sujeitas ao controle da iniciativa privada e dos órgãos econômicos do governo.
- Ampliar, com ousadia, incentivos “concretos” à implantação de pesquisas e empreendimentos relativos à destinação de rejeitos da mineração e de outras atividades.
- Revisão da Lei Complementar 040 no que se refere ao licenciamento ambiental por municípios.

- Exigir que os conselhos de classe, como o Crea, sejam mais rígidos em punir profissionais em casos comprovados de negligência ou má fé.
- Avaliar as barragens existentes no país e respectivos planos de contingência, paralisando imediatamente o uso daquelas que não possam ser classificadas como seguras.
- E finalmente, discutir de forma mais ampla, o marco regulatório da mineração no país, envolvendo segmentos da sociedade interessados no assunto visando adequá-lo, com justiça, seriedade e igualdade, aos interesses econômicos, sociais e ambientais.